

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS/BA**

**REF.:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 - Processo Administrativo nº 19239/2025

E-mail: [copelsecad@laurodefreitas.ba.gov.br](mailto:copelsecad@laurodefreitas.ba.gov.br)

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

A Empresa Hxs Tech Serviço de Informática Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 63.202.508/0001-92, com sede na Avenida Vasco da Gama, 2620 - Federação, Salvador - BA, 40.230-731, por seu representante legal Rita de Cássia Carvalho de Sousa, CPF 910727605-25, vem, tempestivamente, conforme Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria, **IMPUGNAR** os termos do Edital e seu anexos em referência, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

**I TEMPESTIVIDADE:**

A presente Impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para protocolar o pedido é de 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de disputa de Preços (11/03/2026), razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

**II FATOS:**

A subscrevente tem interesse em participar da licitação pelo regime de Ata de Registro de preços para contratação de empresa especializada em tecnologia da informação e comunicação (tic) para execução, sob demanda, de serviços e fornecimento de soluções voltadas à segurança da informação, conectividade de redes (com e sem fio) e cibersegurança. a contratação abrangerá a aquisição de equipamentos e fornecimento através infraestrutura como serviço, de tecnologias destinados à proteção da infraestrutura de ti da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. O escopo inclui o desenvolvimento e fornecimento de projeto executivo completo, contemplando hardware e software necessários à implementação das soluções de segurança; fornecimento de subscrições para softwares e serviços de cibersegurança; instalação e configuração dos sistemas e equipamentos; suporte técnico local e remoto para todas as soluções implantadas; capacitação especializada dos servidores municipais; e o fornecimento de demais insumos necessários ao pleno funcionamento das soluções contratadas conforme consta no termo de referência anexo ao edital.

A empresa, ora impugnante, obteve o Edital de licitação através do site e analisando-se todas as suas especificações e verificações, detectou graves vícios no referido edital, os quais põem em risco a sua participação no certame, tanto quanto de outros prováveis interessados.

A impugnação decorre **do direcionamento tecnológico identificado, da restrição tecnológica resultante da arquitetura exigida e da necessidade de preservação da competitividade no certame**, tendo em vista que tais condições podem **restringir a participação**

**de outros fornecedores e gerar riscos de dependência tecnológica** por parte da Administração Pública.

Algumas exigências somadas resultam num ilegal e involuntário direcionamento ou falta de informação, o qual reduzirá amplamente a competitividade. Tal situação acaba por comprometer princípios constitucionais basilares que regem a Administração Pública, notadamente **a isonomia, a competitividade, a impessoalidade e a busca pela seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.**

## **DO DIRECIONAMENTO TECNOLÓGICO IDENTIFICADO**

Após análise técnica detalhada do edital e de seus anexos, especialmente do Anexo A – Especificações Técnicas Detalhadas, **foram identificadas diversas exigências que, em conjunto, restringem significativamente a competitividade**, direcionando a solução para arquitetura tecnológica específica de determinados fabricantes.

**Embora o edital declare que não indicará marcas ou modelos, a combinação de requisitos técnicos estabelecidos resulta, na prática, em restrição indireta à ampla concorrência.**

## **DA RESTRIÇÃO TECNOLÓGICA DECORRENTE DA ARQUITETURA EXIGIDA**

A exigência contida no Anexo A, ao estabelecer que o Next Generation Firewall (NGFW) deve realizar gerenciamento direto de switches e access points, não representa uma prática arquitetural universal no mercado de redes corporativas e segurança da informação, sendo, na realidade, uma característica presente em arquiteturas específicas de determinados fabricantes, baseadas em ecossistemas tecnológicos proprietários:

*“1.20. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Switch, ao menos, 60 (sessenta) equipamentos.*

*2.18. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Switch, ao menos, 20 (vinte) equipamentos.*

*3.17. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Switch, ao menos, 8 (oito) equipamentos.*

*23.20. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Switch, ao menos, 60 (sessenta) equipamentos.*

*24.18. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Switch, ao menos, 20 (vinte) equipamentos.*

*25.17. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Switch, ao menos, 8 (oito) equipamentos.*

*1.21. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Wireless, ao menos, 120 (cento e vinte) equipamentos.*

*2.19. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Wireless, ao menos, 60 (sessenta) equipamentos.*

*3.18. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Wireless, ao menos, 8 (oito) equipamentos.*

*23.21. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Wireless, ao menos, 120 (cento e vinte) equipamentos.*

*24.19. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Wireless, ao menos, 60 (sessenta) equipamentos.”*

No mercado global de segurança cibernética e infraestrutura de redes, os fabricantes tradicionalmente adotam modelos arquiteturais distintos, nos quais as funções de segurança perimetral, switching e rede sem fio são gerenciadas por plataformas especializadas e independentes, ainda que possam ser integradas por meio de plataformas de orquestração ou gerenciamento centralizado.

Fabricantes amplamente reconhecidos no mercado de segurança corporativa, como Cisco, Palo Alto, Check Point, dentre outros, adotam arquiteturas em que o firewall permanece dedicado às funções de inspeção avançada de tráfego, prevenção de intrusão, controle de aplicações e segurança de rede, enquanto o gerenciamento de switches e redes sem fio ocorre por controladoras ou plataformas de gerenciamento próprias da camada de rede.

No caso da Palo Alto Networks, por exemplo, o gerenciamento da infraestrutura de segurança é realizado por plataformas como Panorama, enquanto o gerenciamento de redes cabeadas e sem fio permanece dissociado da camada de firewall, permitindo interoperabilidade com diversos fabricantes de equipamentos de rede.

De forma semelhante, a Check Point Software Technologies utiliza plataformas como SmartConsole para gerenciamento de segurança, sem assumir o papel de controlador da rede de acesso.

Já no ecossistema da Cisco Systems, a gestão da rede de acesso é realizada por controladoras específicas, como Cisco DNA Center ou Cisco Catalyst Center, enquanto os firewalls operam de forma independente dentro da arquitetura de segurança.

**Portanto, exigir que o NGFW exerça simultaneamente a função de controlador da rede de acesso implica, na prática, restringir a participação de grandes e conceituados fabricantes cuja arquitetura tecnológica se baseia na separação funcional entre as camadas de segurança e de acesso de rede, o que representa uma parcela significativa do mercado global de soluções de segurança e redes corporativas.**

Por outro lado, a arquitetura exigida no edital apresenta elevada aderência ao modelo adotado por fabricantes que oferecem ecossistemas proprietários convergentes, nos quais o firewall pode atuar como controlador da rede de acesso. **Dentre esses fabricantes destaca-se a Fortinet, cujo portfólio inclui soluções como FortiOS, capazes de gerenciar diretamente equipamentos da própria linha, como FortiSwitch e FortiAP, sendo 100% aderente ao exigido neste Termo de referência.**

Nesse modelo, o firewall atua como elemento central do ecossistema, realizando o gerenciamento integrado dos dispositivos de rede pertencentes ao mesmo fabricante por meio de protocolos proprietários e mecanismos de controle integrados ao sistema operacional da plataforma de segurança.

Embora tal arquitetura seja tecnicamente válida dentro de ambientes que optam por soluções totalmente integradas de um único fornecedor, sua imposição como requisito obrigatório em edital público resulta, na prática, em direcionamento indireto da solução tecnológica, uma vez que reduz significativamente o número de fabricantes capazes de atender integralmente à especificação sem a adoção de integrações proprietárias.

## **DOS RISCOS DE DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA**

Outro aspecto técnico relevante refere-se ao risco de dependência tecnológica de fornecedor decorrente da arquitetura exigida.

Ao estabelecer que o NGFW será responsável pelo gerenciamento direto da infraestrutura de rede de acesso, cria-se um acoplamento estrutural entre as camadas de segurança, switching e rede sem fio, fazendo com que todos os componentes da solução dependam da continuidade de compatibilidade dentro do mesmo ecossistema tecnológico.

Em ambientes baseados nesse modelo proprietário, a interoperabilidade entre firewall, switches e access points depende da manutenção de matrizes de compatibilidade de firmware definidas pelo fabricante, que vinculam versões específicas do sistema operacional do firewall às versões de firmware suportadas nos dispositivos de rede.

Esse tipo de dependência torna a infraestrutura especialmente sensível aos ciclos de End of Life (EoL) e End of Support (EoS) dos equipamentos de segurança. Quando um firewall é substituído por uma nova geração tecnológica — situação comum em ciclos de atualização de cinco a sete anos — pode ocorrer a descontinuidade de suporte aos dispositivos anteriormente gerenciados.

Em tais cenários, mesmo que os switches e access points ainda estejam plenamente operacionais do ponto de vista de hardware, sua continuidade dentro da arquitetura poderá ser inviabilizada caso o novo firewall não mantenha compatibilidade com os firmwares ou protocolos utilizados pelos equipamentos adquiridos anteriormente.

**Consequentemente, a Administração Pública poderá ser compelida a realizar substituição antecipada de equipamentos ainda operacionais, resultando em perda de investimento público e aumento do custo total de propriedade da solução (TCO) ao longo do tempo.**

## **DA NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA COMPETITIVIDADE**

Considerando as práticas arquiteturais amplamente adotadas no mercado de segurança da informação e redes corporativas, verifica-se que a exigência de que o NGFW realize obrigatoriamente o gerenciamento direto de switches e access points não constitui um requisito essencial para o funcionamento de uma solução de segurança de rede moderna.

**Pelo contrário, a adoção de arquiteturas desacopladas entre as camadas de segurança, switching e rede sem fio é considerada uma prática recomendada em diversos ambientes corporativos e governamentais, justamente por permitir maior interoperabilidade entre fabricantes, maior flexibilidade de evolução tecnológica, redução de dependência de fornecedor único e, consequentemente, uma maior longevidade dos ativos de infraestrutura de rede.**

Dessa forma, recomenda-se que a especificação técnica seja ajustada para permitir que o gerenciamento de switches e access points seja realizado por plataformas próprias de gerenciamento de rede ou por controladoras dedicadas, mantendo o firewall concentrado em suas funções de segurança.

Tal ajuste preserva plenamente os objetivos de segurança da solução pretendida pela Administração, ao mesmo tempo em que amplia a competitividade do certame, permitindo a participação de um número maior de fabricantes e integradores de tecnologia.

Assim sendo, visando e seguindo o raciocínio de razoabilidade, roga-se para que seja procedida a revisão das especificações do edital.

Ora, por óbvio, que a especificação dos produtos que carregam para um único fabricante implicará no ilegal vício de macular a competitividade do certame.

Conforme nos ensina o Ilustre Hely Lopes Meirelles, acerca de tão relevante tema:

A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigule os iguais ou iguale os desiguais. O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio do poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o Judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou o favoritismo administrativo, sem nenhum objetivo ou vantagem de interesse público. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed Ed. Malheiros Editores. São Paulo:2002. pg. 262.)

A Competitividade segundo Ronny Charles Lopes de Torres no seu Livro Lei de Licitações Públicas Comentadas, pág. 97:

A competição é um dos principais elementos do procedimento licitatório. A disputa entre os interessados possibilita para a administração alcançar um melhor resultado no certame, auferindo uma proposta vantajosa.

O princípio da Competitividade alcança a:

**Busca pela Melhor Proposta:** A disputa entre os interessados é o mecanismo que possibilita à administração alcançar o melhor resultado no certame, auferindo a proposta mais vantajosa.

**Fundamento Constitucional:** A competitividade não é apenas um objetivo, mas um princípio derivado que baliza o ambiente licitatório, visando evitar restrições indevidas à participação de empresas.

**Relacionamento com Isonomia:** A competitividade ampla é garantida através da isonomia entre os licitantes, permitindo o maior número possível de competidores.

Desta forma, a competitividade deve nortear o gestor na confecção do edital e na concepção do certame.

O entendimento é reforçado pelo autor em comentários sobre a Lei 8.666/93 e mantido na interpretação da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), onde a competição continua a ser o Norte para a seleção da proposta mais vantajosa.

Assim sendo, visando evitar esta prática condenável e seguindo o raciocínio de razoabilidade, roga-se para que seja procedida a revisão das especificações do edital.

Diante do exposto e visando estar aderente aos princípios da Ampla Competitividade, Economicidade e da Seleção Justa da proposta mais vantajosa, e do julgamento objetivo, pede-se a impugnação deste edital.

## **DOS PEDIDOS**

Diante de todo exposto requer-se:

- a) O acolhimento da presente Impugnação,
- b) Alteração das especificações dos produtos conforme já citado;
- c) Requer ainda seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto.
- d) Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que seja a presente Impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor.

Assim, por ser razoável e justo, espera-se por um parecer favorável quanto a pretensão requerida.

Termos em que,

Pede deferimento.

Salvador, 05 de março de 2026.

Assinatura do Representante Legal  
Rita de Cássia Carvalho de Sousa  
CPF: 910727605-25  
Telefone: (71) 991640090  
E-mail: hxs.tech.ba@gmail.com